

ARQUIVISTAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ABORDAGEM SOBRE A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030

ARCHIVISTS AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: AN APPROACH ABOUT THE ARCHIVIST'S INFORMATION LITERACY IN IMPLEMENTING THE 2030 AGENDA

Luana Lobo dos Santos^a
Marli Dias de Souza Pinto^b
Elizete Vieira Vitorino^c

RESUMO

Objetivo: Analisar a competência em informação do arquivista no contexto da Agenda 2030 das Nações Unidas, que estabelece a implementação de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, considerando a importância dos arquivos públicos para garantia do acesso às informações e documentos públicos governamentais. **Metodologia:** Trata-se de um estudo exploratório – descritivo, quanto ao seu objetivo. Com abordagem qualitativa quanto as dimensões em competência em informação do Arquivista relacionadas às dimensões da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Resultados:** Apresenta a competência em informação do arquivista relacionada às dimensões ambiental, econômica e social para o Desenvolvimento Sustentável, sobretudo demonstra a relevância da gestão de documentos, informações e dados para o efetivo controle social, a partir do monitoramento dos objetivos de desenvolvimento sustentável. **Conclusões:** Constatou-se que a competência em informação do arquivista vem a contribuir significativamente à efetiva implementação e monitoramento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Descritores: Arquivista. Competência em Informação. Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

^a Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. Arquivista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: luanasantos@yahoo.com

^b Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. E-mail: marli.dias@ufsc.br

^c Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. E-mail: elizete.vitorino@ufsc.br

1 INTRODUÇÃO

Na busca por um mundo melhor, diante do aumento da desigualdade social e econômica e a degradação ambiental, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs o plano de ação chamado Agenda 2030, compromisso a ser aplicado e assumido por todos e para todos, o qual estabelece a implementação de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para um desenvolvimento sustentável em todas as dimensões global, regional ou local. (ONU, 2015)

Nesse contexto, os arquivos e arquivistas com a competência em informação tornam-se relevantes para um desenvolvimento sustentável, sobretudo, no que tange à garantia de um direito humano fundamental e instrumental, como o acesso à informação, e ainda podem vir a contribuir no alcance dos objetivos e metas propostos pela Agenda 2030.

A partir do cenário anteriormente delineado o presente artigo objetivou analisar a competência em informação do arquivista no contexto da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, considerando a importância dos arquivos públicos na garantia do acesso às informações e documentos públicos governamentais.

O interesse pela temática justifica-se na urgência do cumprimento da Agenda 2030 como um compromisso político global para o alcance do desenvolvimento sustentável, bem como o reconhecimento da competência em informação dos arquivistas para atuar na implementação e monitoramento desse propósito.

Além disso, a escassa publicação sobre este assunto, tanto na literatura de Ciência da Informação (CI) quanto na Arquivologia, aponta o desconhecimento sobre o assunto no campo arquivístico, que vai ao encontro do questionamento feito pela arquivista Anne Thurston, publicado no site do Conselho Internacional de Arquivos (ICA, em inglês), acerca do papel do arquivista e dos arquivos nas aspirações globais: “Documentos como base para atingir os objetivos de desenvolvimento global: estamos prontos para desempenhar o nosso papel?” (ICA, 2020).

Metodologicamente, o estudo se caracteriza como exploratório-descritivo quanto aos objetivos e como procedimentos técnicos realizou-se um levantamento por publicações científicas nas áreas da CI e Arquivologia acerca das abordagens pertinentes à competência em informação, ao contexto profissional arquivista, aos arquivos públicos, à informação e ao desenvolvimento sustentável. Sendo a coleta e análise dos dados com base no documento Relatório Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que elucida todo o contexto de elaboração e apresenta as características do plano de ação, inclusive o propósito de cada ODS.

O presente artigo está dividido nas seguintes seções: introdução; informação, sociedade da informação e desenvolvimento sustentável; os arquivos, os arquivistas e o paradigma arquivístico social e; competências em informação do Arquivista; em seguida, o percurso metodológico; apresentação e análise dos dados e por fim, as considerações finais e referências.

2 INFORMAÇÃO, SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No período pós-guerra observa-se mudanças significativas nas relações predominantes, diante do reconhecimento da informação como insumo impulsionando tanto o estabelecimento de um novo paradigma econômico-tecnológico como o uso do termo Sociedade da Informação, a qual “acarretou a geração e circulação quantitativa e qualitativa de mais informação e conhecimento”. (FREEMAN; PEREZ, 1988 *apud* FURNIVAL, 2000, p. 74).

No que tange ao trabalho com a informação até os dias atuais encontra-se diversas divergências no campo profissional, a respeito dos conhecimentos e técnicas adequadas, uma vez que a informação está presente em múltiplos suportes e formatos, conforme aponta as autoras:

[...] o trabalho com informação não se restringe a um determinado profissional que atue em uma unidade de informação específica. [...]. Porém, espera-se que esses profissionais saibam acessar, recuperar e analisar as informações e suas fontes, e, além disso, consigam desenvolver produtos e prestar serviços relacionados à informação. (FERREIRA, 2003 *apud* VENTURA; SILVA; VITORINO, 2018, p. 37).

Na década de 1970, segundo Araújo (2014) a informação ganhou relevância para o desenvolvimento dos países, tendo no campo científico da CI provocado a elaboração de uma nova perspectiva que compreendesse a preocupação com o uso social da informação, de modo que a ciência se situasse como agente de inclusão e responsável pelo fornecimento de informação para apoiar ações mais racionais e específicas.

Saracevic (1996), um dos grandes representantes dessa perspectiva, salienta a funcionalidade social da informação quando usada na resolução de problemas nos processos de comunicação humana e de seus registros, nos mais variados contextos de uso e de necessidades.

Um exemplo disso pode ser visto no processo de consolidação do conceito de Desenvolvimento Sustentável com a publicação do Relatório “Nosso Futuro Comum” ou Relatório Brundtland, em 1987, diante da ameaça ao futuro da humanidade com o uso indiscriminado dos recursos naturais, após muitas discussões e reuniões com os chefes de Estados-membros, como “[...] o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades”. (SACHS, 2015 *apud* GERALDO; PINTO, 2019, p. 374).

Nesse sentido, considerando a abrangência e natureza interdisciplinar da informação, além da capacidade de provocar uma análise crítica que se reverta numa ação, de acordo com Furnival (2000, p. 79-80):

[...] a informação tem um papel vital na própria elaboração, execução e consolidação daquelas estratégias de desenvolvimento sustentável. A informação, ao lado de energia e matéria-prima, constitui-se num insumo indispensável aos processos produtivos, sejam eles ecologicamente sustentáveis ou não.

A autora ressalta o papel da informação como insumo vital e indispensável nas fases de planejamento e monitoramento das estratégias de desenvolvimento sustentável, bem como para educação e participação das partes interessadas, ao estimular análises críticas sobre como esses processos produtivos vem sendo realizados e até consumidos, o que se compreende por sustentabilidade informacional. (FURNIVAL, 2000).

Tal perspectiva já vinha sendo trabalhada pela ONU desde a Conferência de Estocolmo em 1972, para conscientização da extensão dos danos ambientais

causados e reforçada com a ênfase dada à publicização das informações referentes às questões ambientais, por meio da publicação do Relatório Brundtland:

[...] a informação ambiental constitui uma ferramenta indispensável à construção de novos valores e atitudes, voltados ao desenvolvimento de uma sociedade comprometida com a solução de seus problemas ambientais, proporcionando condições adequadas de sobrevivência para as atuais e futuras gerações. Ademais, o direito de acesso à informação contribui para formar a consciência cidadã para a sustentabilidade ambiental. (BARROS, 2017, p. 2928).

Com a Agenda 21, criada durante a Conferência das Nações Unidas sobre meio-ambiente realizada no Rio de Janeiro, mais conhecida por Rio-92 ou Eco-92, intensifica-se o valor da informação nesse cenário com a disposição de um capítulo exclusivo que “[...] parte do princípio de que, no desenvolvimento sustentável, todos são usuários e provedores de informação considerada em sentido amplo, incluindo dados, experiências e conhecimento”. (ALBAGLI, 1995, p. 5).

Em seguida, a agência especializada da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reforça o valor da informação para o desenvolvimento e a Sociedade da Informação e do Conhecimento, por meio do Programa Informação para Todos (IAP), em 2001, ao disponibilizar uma plataforma para discussão política e formular diretrizes e ações na área de acesso à informação e conhecimento, no intuito de empoderar pessoas e nações e garantir a participação de todos no processo de desenvolvimento. (UNESCO, 2017).

Após novas discussões que resultaram na inserção de novos problemas e uma nova consulta pública com os 193 países-membros, as Nações Unidas se reuniram, em 2015, com os chefes de Estado, de Governo e altos representantes em Assembleia Geral, na sua sede em Nova York (EUA), onde se comprometeram com a nova Agenda 2030, plano de ação que indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou como também chamados Objetivos Globais, e 169 metas para transformar o mundo até 2030, por meio do desenvolvimento sustentável. (ONUBR, 2015).

Diante do novo desafio que se apresenta, resta a dúvida sobre quais as competências e habilidades informacionais dos arquivistas que podem ser aplicadas para contribuir no alcance do desenvolvimento sustentável, principalmente na implementação e monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da

Agenda 2030, como vamos verificar ao longo do estudo.

3 OS ARQUIVOS, OS ARQUIVISTAS E O PARADIGMA ARQUIVÍSTICO SOCIAL

Em meio as discussões teóricas pertinentes à mentalidade pós-modernista, nos anos 1990, o campo arquivístico também foi afetado pela socialização da informação assim como a CI e diversas outras ciências. O reflexo disso pode-se ver nas contribuições teóricas do arquivista canadense Terry Cook com a quebra da perspectiva custodial para a pós-custodial, na qual se compreende os arquivos e arquivistas também como recurso social como o terceiro paradigma arquivístico:

Arquivos também deixaram de ser um recurso cultural e de patrimônio subjacente à elite acadêmica para se tornar uma base social para a identidade e justiça. A própria identidade do arquivista foi ancorada em ser o especialista liderando a sociedade para encontrar sua identidade através de memórias compartilhadas fundamentado em concepções mais sofisticadas de evidência. (COOK, 2012, p. 155).

Considerado um dos grandes influenciadores dessa perspectiva, o autor construiu esse pensamento, a partir das suas experiências profissionais e as mudanças de foco do pensamento presenciadas no meio arquivístico, por influência da Teoria Social da Informação e do educador-arquivista Terry Eastwood, citado em seu artigo, o qual defende que “[...] é necessário entender o meio político, econômico, social e cultural de qualquer sociedade para entender seus arquivos”. (COOK, 2012, p. 6).

Tal declaração constata a relevância social da missão principal dos arquivos, quanto ao acesso à informação para a identidade de um povo e garantia da justiça. Em 2009, o ICA consolidou na Declaração Universal dos Arquivos (DUA)¹, aprovada em 2011, na 36ª sessão da Conferência Geral da UNESCO que:

Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao

¹ Tradução para o português acordada entre o Arquivo Nacional (Brasil) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal). Disponível em:
<https://www.ica.org/en/universaldeclarationarchives#:~:text=The%20Universal%20Declaration%20on%20Archives,its%20outreach%20and%20advocacy%20strategy>

contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos documentos de arquivo enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida. (ICA, 2009, p. 1).

No âmbito internacional, a partir do estabelecimento do acesso à informação como direito humano fundamental na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) aprovada pela ONU em 1948, diversos países passaram a desenvolver suas próprias políticas informacionais e constituíram-no como direito positivado em leis, constituições, tratados, acordos, cartas, entre outros documentos normativos do direito internacional. (FERRO, 2014).

No caso do Brasil, Cruz (2013) salienta que o direito à informação foi positivado por meio da Constituição Federal de 1988 e seu acesso foi regulamentado somente na Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527 de novembro de 2011. Entretanto, segundo a autora o exercício do direito não está ligado apenas à promulgação de normas jurídicas, mas também ao reconhecimento ético do seu valor, a partir de uma discussão racional sobre o assunto, o que não ocorreu.

Diante disso, é notável a falta de conhecimento da importância do direito de acesso à informação, o não desenvolvimento de políticas informacionais, bem como a falta de reconhecimento sobre a relevância de instituições públicas, responsáveis pela promoção do acesso à informação, como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, tanto pelo governo quanto da sociedade brasileira, como vemos na literatura e no cotidiano de trabalho.

Um outro ponto importante para compreensão da relevância dos arquivos para a sociedade é a relação dos arquivos com os direitos humanos. No campo arquivístico associa-se muito à acessibilidade e à memória da humanidade, contudo deve-se lembrar que o direito de privacidade, também é compreendido por direito humano, o que requer consciência do valor do que é contemplado por esses direitos, conforme destaca Ferro (2014, p. 63-64):

[...] estas normas jurídicas internacionais devem ser consideradas pelos Estados como instrumentos de garantia e proteção dos direitos humanos, os profissionais da informação que tratam dos arquivos devem considerá-las como instrumentos de apoio para identificar o valor dos direitos humanos nos arquivos.

Quanto ao cumprimento das normas jurídicas relativas aos direitos humanos no campo informacional pelos Estados, a ONU e a UNESCO vem

implementando programas, comissões, grupos de trabalho, conferências, assembleias, entre outros eventos, além de resoluções, relatórios, atas e outros documentos de dimensão internacional, a fim de encontrar soluções para os problemas e facilitar o intercâmbio de experiências. (FERRO, 2014).

Todavia, ainda há muito a ser feito principalmente no que se refere à inserção das instituições que promovem o acesso à informação, como as bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação na implementação da Agenda 2030 da ONU e conquista dos ODS, no sentido de ressaltar sua importância e a competência de seus profissionais.

4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO ARQUIVISTA

Seguindo a lógica da informação como insumo social, Vitorino e Piantola (2020, p. 91) enfatizam que:

A informação é, assim, o elemento constituinte da cultura de um grupo, e, em sua essência, é condição de permanência e instrumento de mudança. Por isso, o acesso à informação e ao conhecimento é tido como componente fundamental para o exercício da cidadania no contexto democrático. Assume-se, porém, que a cidadania não se constrói apenas com base no acesso material à informação, mas do sujeito exige-se também compreender a capacidade de interpretação da realidade e de construção de significados pelos indivíduos.

Nesse contexto, o profissional da informação torna-se essencial para auxiliar o usuário no desenvolvimento do seu viés pedagógico, independência na busca, contato e análise das fontes de informação, segundo Ventura, Silva e Vitorino (2018), com base na definição de Competência em Informação dada pela American Library Association (ALA) juntamente com a Association of College Research Libraries (ACRL).

Sob o ponto de vista da UNESCO (2016, p. 9), a Competência em Informação caracteriza-se por:

[...] conjunto que empodera os cidadãos, permitindo que eles acessem, busquem, compreendam, avaliem e usem, criem e compartilhem informações e conteúdos midiáticos em todos os formatos, usando várias ferramentas, de forma crítica, ética e eficaz, com o objetivo de participar e de se engajar em atividades pessoais, profissionais e sociais.

Complementando essa perspectiva, Belluzzo (2018 *apud* BELLUZZO, 2019, p. 24) defende que a competência em informação deve ser compreendida como uma área que requer aprendizado, pois abrange: “o processo investigativo; o aprendizado ativo; o aprendizado independente; o pensamento crítico; o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida”.

Na tentativa de elaborar um corpus teórico para competência em informação, Vitorino e Piantola (2020), perceberam semelhanças entre a teorização de Rios (2006) acerca das dimensões da competência dos docentes e as competências em informação de um profissional da informação, passando assim a utilizar como base as dimensões técnica, estética, ética e política conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Dimensões da Competência em Informação

DIMENSÕES	CONCEITOS
Dimensão técnica	É o suporte da competência, uma vez que esta se revela na ação dos profissionais; diz respeito à capacidade de lidar com os conteúdos – conceitos, comportamentos e atitudes – e à habilidade de reconstruí-los.
Dimensão Estética	É a percepção sensível da realidade; diz respeito à presença da sensibilidade e sua orientação numa perspectiva criadora; a sensibilidade está ligada a uma ordenação de sensações, uma apreensão consciente da realidade, ligada à intelectualidade; está relacionada com o potencial criador e com a afetividade dos indivíduos.
Dimensão Ética	É a dimensão fundante e diz respeito à orientação da ação, fundada no princípio do respeito e da solidariedade, na direção da realização de um bem coletivo.
Dimensão Política	Diz respeito ao compromisso político, ou seja, à participação na construção coletiva da sociedade e ao exercício de direitos e deveres; essa dimensão ganha sentido num espaço democrático, que também demanda um esforço quanto a dilemas e conflitos que desafiam o profissional.

Fonte: Elaborado com base em Vitorino e Piantola (2020, p. 37-38).

Já Souza, Bahia e Vitorino (2020) trazem novas percepções a serem consideradas quanto as dimensões assinaladas anteriormente, a partir da

análise feita sob a lógica de trabalho de Phillipe Zarifian, a qual de acordo com as autoras pode agregar e aumentar a abrangência para o desenvolvimento humano e o campo educacional, da seguinte forma:

A competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos junto aos postos de trabalho reafirma o conceito estreito da qualificação e volta-se ao desenvolvimento humano, abrangendo-se ao uso social, intelectual e científico. Destarte, à medida que a competência se insere no campo educacional, amplia-se o conceito de cidadania e competência no âmbito social. (RIOS, 2006 *apud* SOUZA; BAHIA; VITORINO, 2020, p. 58).

As autoras supracitadas ainda constatarem que para estimular o desenvolvimento humano mais próximo da realidade, faz-se necessário explorar mais no campo educacional a respeito da cidadania e da competência no âmbito social, no sentido de desenvolver, tanto no ensino quanto no trabalho, uma competência reflexiva das esferas individual e coletiva em harmonia com as dimensões técnica, estética, ética e política, esclarecendo que:

[...] não se refere somente às habilidades técnicas, há uma preocupação social para com esta atuação. Esse desdobramento correlaciona-se com o acesso à informação, ou seja, com o exercício da cidadania. [...] na atuação do profissional arquivista. Nota-se que por ser um profissional que trabalha também com informação tem no cerne de suas atividades, o desenvolvimento das dimensões da competência em informação. Ou seja, utiliza-se da técnica, estética, ética e política, para o cuidado com os documentos e informações registradas organicamente, independente do suporte, em todo o seu ciclo de vida, de forma a garantir a recuperação e acesso a elas quando necessário. (VENTURA, SILVA, VITORINO, 2018, p. 42-43).

No âmbito dos arquivos, segundo Silva e Silva (2016 p. 100) a competência em informação foi institucionalizada no momento em que:

[...] a Arquivologia do final do século XIX e início do XX tinha uma relação direta com a tecnicidade, ou seja, utilizando o “como fazer” nos arquivos, a pragmática, que, segundo os autores “atrofiou” o arquivista e os arquivos, principalmente na relação com os manuais e a custódia, dando assim, um caráter técnico (artífice).

Tal caráter, de acordo com os autores, creditava aos arquivistas o papel de “guardiões de papel”, o qual mesmo com as diversas mudanças que decorreram no campo científico, profissional e no de ensino, a partir dos avanços tecnológicos e o reconhecimento da informação como insumo social, ainda

perpetua no inconsciente social até os dias de hoje. (SILVA; SILVA, 2016).

Os autores ainda afirmam que “[...] a influência da teoria pós-custodial é de grande valia para a socialização dos arquivos [...]”, tendo em vista a “[...] inserção do profissional arquivista na sociedade como gerenciador da informação [...]”, bem como a valorização dos produtores e usuários das informações no campo arquivístico. (SILVA; SILVA, 2016, p. 111).

No Brasil, destaca-se o desenvolvimento da formação do profissional Arquivista, a partir de convites para especialistas proverem estudos, diagnósticos, cursos, congressos, entre outros eventos no período dos anos 1970, quando o Arquivo Nacional (AN) passou a criar e ministrar cursos especiais em arquivo para suprir a necessidade de profissionais capacitados nessas novas práticas arquivísticas. Até, posteriormente, a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) [...], que perdurou com suas atividades até 2015 e de cursos de nível superior de graduação em Arquivologia. (PAES, 2004, p. 43 *apud* SANTOS; SILVA, 2018, p. 685).

Na Lei 6.546, de 4 de julho de 1978, que regulamenta as profissões de arquivista e técnico em arquivo e dispõe sobre o exercício e as atribuições para o desempenho das funções, Ventura, Silva e Vitorino (2018, p. 43) observaram uma atribuição que afirmam corroborar com o objetivo da competência em informação, sobretudo a responsabilidade pela gestão documental e informacional e por isso, alertam que “[...] o arquivista necessita ser competente em informação, para que consiga atender as atribuições de sua profissão [...]”.

Seguindo essa perspectiva, as autoras apresentam a competência em informação dos arquivistas, relacionando as dimensões de competência em informação de Vitorino e Piantola (2020) às atribuições e práticas arquivísticas dispostas na referida lei:

Na dimensão técnica observa-se a inserção do saber e avaliar, tendo em vista que se relacionam com o fazer profissional. Para a dimensão estética há a presença do interpretar, usar e acessar, já que dizem respeito ao uso e estímulo pela busca das fontes informacionais. A dimensão ética se relaciona com o usar, acessar e seguir princípios éticos, pois o uso da informação precisa estar pautado nesses aspectos. Por fim, a dimensão política equipara-se com o acessar, já que ambas se referem ao acesso à informação. (VENTURA; SILVA; VITORINO, 2018, p. 44).

Além disso, as autoras supracitadas constataam que:

[...] o arquivo é um local que evidencia a dimensão política da competência em informação, permitindo a ampliação do conhecimento histórico e social, já que custodia informações indiciárias de diferentes contextos.” [E esta] [...] se reflete juntamente com a função educativa e social do arquivo ressaltando para a necessidade do acesso às fontes documentais, e mais do que isso, da análise e estudo delas.” (*ibidem.*, p. 46).

Assim, busca-se estimular os arquivistas a irem além, sobretudo na prática arquivística para contribuir nas soluções de problemas globais ao cumprir com a atribuição de garantir o direito de acesso à informação, acarretando maior conscientização e sensibilização da sociedade acerca da proposta da Agenda 2030 e o desenvolvimento sustentável.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo exploratório – descritivo quanto a seu objetivo de: analisar a competência em informação do arquivista no contexto da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Na fase exploratória, o pesquisador explora a realidade em busca de maior conhecimento, a fim de que posteriormente seja feita a pesquisa descritiva, que tem a finalidade de descrever o objeto de estudo, as suas características e os problemas relacionados. (ALMEIDA, 2014).

Para sedimentar a fundamentação teórica realizou-se levantamento bibliográfico em publicações pertinentes a Ciência da Informação e Arquivologia acerca das abordagens sobre competência em informação, arquivos, contexto profissional arquivista, acesso à informação e desenvolvimento sustentável.

A coleta de dados ocorreu a partir do Relatório Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, este documento elucida todo o contexto de elaboração e, apresenta características do plano de ação, inclusive o propósito de cada ODS. Tal documento foi publicado em 2015 e disponibilizado de forma online, acesso aberto e em língua portuguesa no site das Nações Unidas do Brasil. (ONU, 2015).

A abordagem qualitativa utilizada com base em Bardin (2016) foi utilizada para a análise dos dados, em que se relacionou as três dimensões do desenvolvimento sustentável (ambiental, econômica e social) com as dimensões da competência em informação do Arquivista (técnica, estética, ética e política), a fim de compreender a dinâmica e aspectos em comum que servirão para identificar e confirmar como o profissional Arquivista, competente em informação, contribui para o alcance dos ODS dispostos pela Agenda 2030 da ONU.

6 ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com a ONU (2015), a Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que se desdobram em 169 metas, foram elaborados em torno das dimensões ambiental, econômica e social, consideradas pilares do desenvolvimento sustentável, conforme Figura 1. (ONU, 2015).

Figura 1 – Dimensões do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Guimarães (2019).

Sendo assim, apresenta-se uma descrição dos 17 ODS correlacionando-os às respectivas dimensões e propósitos que abrangem, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

DIMENSÃO	ODS	PROPÓSITOS
AMBIENTAL	ODS 6	Água potável e saneamento. Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
	ODS 13	Combate às alterações climáticas. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
	ODS 14	Vida debaixo d'água. Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
	ODS 15	Vida sobre a terra. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
ECONÔMICA	ODS 8	Trabalho decente e crescimento econômico. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.
	ODS 9	Indústria, inovação e infraestrutura. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
	ODS 10	Redução das desigualdades. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
	ODS 12	Consumo e produção responsáveis. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
SOCIAL	ODS 1	Para erradicação da pobreza e acabar com a pobreza, em todas as suas formas, em todos os lugares
	ODS 2	Para erradicação da fome, em todas as suas formas, em todos os lugares e promover a agricultura sustentável, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição.
	ODS 3	Saúde e bem-estar a todos. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
	ODS 4	Educação de qualidade. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
	ODS 5	Igualdade de gênero. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
	ODS 7	Energia limpa e acessível. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
	ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
	ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
TODAS	ODS 17	Parcerias e Meios de implementação. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ONU (2015).

Nota-se que as dimensões e objetivos de desenvolvimento sustentável, as dimensões da Competência em informação, apontadas por Vitorino e Piantola (2020), e Ventura, Silva e Vitorino (2018) na esfera dos arquivistas, possuem

como característica em comum a interconexão, pois foram pensados e desenvolvidos para serem trabalhados juntos em harmonia e, portanto, entende-se que a análise a ser realizada de forma qualitativa também deve seguir essa lógica sem separação das dimensões, pois uma está conectada a outra.

É importante esclarecer também que a dimensão ambiental abrange os problemas que giram em torno de questões sobre o meio ambiente; a dimensão econômica diz respeito aos problemas que abrangem questões acerca do uso indevido de recursos, necessidades de melhorias em gestão, negócios e oportunidades, pois exercem influência tanto no ambiental quanto no social, e por fim, a dimensão social, que é diretamente afetada pelos problemas ambientais e econômicos, além dos próprios no âmbito social como questões em torno da responsabilidade de todos os setores da sociedade para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Como observado, o saber e avaliar se insere na dimensão técnica da competência em informação, logo, contempla pensar em melhorias nos processos de busca, da avaliação e de uso da informação, tais como ter o domínio das tecnologias nos meios de comunicação e informação e desenvolver uma infraestrutura adequada e segura, de modo a assegurar a autenticidade dos documentos, informações e dados, além de facilitar a compreensão e avaliação para mensurar e controlar os ODS.

Desse modo, essas ações técnicas, sobretudo no que diz respeito à gestão de dados, oriundos dos documentos e informações relativas aos assuntos tratados por cada ODS, se relaciona com atribuições que estão no cerne arquivístico e estabelecidas por lei, a classificação e avaliação documental, as quais evidenciam a competência do arquivista quanto a identificação, compreensão da finalidade e definição dos valores das informações e dos dados, bem como o acompanhamento dos respectivos ciclos de vida, da produção até a destinação final, relevantes para a implementação da Agenda 2030.

No tocante à dimensão estética da competência em informação trata-se de estimular a criatividade, a sensibilidade e a compreensão da importância do acesso à informação para a sociedade. Nesse sentido, nota-

se que a competência em informação do arquivista relacionada ao contexto dos ODS da Agenda 2030 requer ações, que estimulem a percepção e compreensão do usuário quanto a relevância social do cumprimento dessa agenda, tanto de informações a respeito dos ODS, como também as que são geradas como solução para os problemas referidos nos mesmos, no intuito de sensibilizar e provocar medidas criativas voltadas para o bem coletivo.

Destaca-se a oportunidade de fortalecimento profissional e o tão almejado reconhecimento social pelos arquivistas, à medida que a busca por informações e documentos governamentais aumente por conta do cumprimento da transparência pública e assim impulse a institucionalização de arquivos públicos regionais e locais para sensibilizar a sociedade sobre a importância de ações e práticas sustentáveis.

Já a dimensão ética relacionada aos ODS e a competência em informação do arquivista abrange o desenvolvimento de uma postura crítica do usuário, no sentido de orientar um uso responsável da informação, pois envolve a preocupação com a segurança informacional e a privacidade, que podem surgir, nos documentos, informações ou dados referentes às pessoas e aos problemas levantados por cada ODS, além das ações tomadas para compreensão dos casos de classificação de sigilo e documentação pessoal, que restringem o acesso a um público específico.

Observa-se, nesse caso, que os princípios éticos que torneiam o uso informacional exercem influência na competência em informação do arquivista, uma vez que exige criar meios para que o usuário se sinta mais consciente e capaz de se posicionar, a respeito de qualquer problema indicado no ODS, e buscar soluções, de forma ética, em prol do bem comum.

A dimensão política, no intuito de incentivar o conhecimento da sociedade a exercer seus direitos e deveres, se conecta à dimensão ética para assegurar um exercício da cidadania mais ativo, ou seja, estimular maior interesse e sensibilização da sociedade no engajamento aos assuntos pertinentes desse cumprimento global da Agenda 2030.

Tal dimensão é a que mais se relaciona à competência em

informação do Arquivista, segundo Ventura, Silva e Vitorino (2018), a partir da disseminação documental, atribuição arquivística regulamentada por lei, que já tem no seu cerne a divulgação dos fundos documentais custodiados para promover o potencial educativo e estratégico de um arquivo na sociedade.

De modo que o desenvolvimento de ações expositivas culturais voltada aos propósitos dos ODS induz ao acesso às informações públicas, de forma mais dinâmica e ampla, e proporciona no ambiente de arquivo, enquanto espaço democrático, a representatividade, inclusão, igualdade e segurança para exercer o controle social e desenvolver políticas públicas mais assertivas.

Percebe-se como o desenvolvimento de uma conscientização coletiva para um maior envolvimento e comprometimento para o alcance do desenvolvimento sustentável necessita do aprendizado contínuo promovido pelos arquivos e com os arquivistas no refinamento da pesquisa, garantindo acesso às informações e dados confiáveis no acompanhamento do processo de implementação dos ODS da Agenda 2030, para todo o país e por todos os setores sociais envolvidos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, analisou-se a competência em informação do Arquivista no contexto da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, compreendendo as transformações ocorridas com o reconhecimento da informação como insumo, desenvolvimento da sociedade da informação e os avanços tecnológicos até a necessidade de os arquivistas precisarem entender o meio político, econômico, social e cultural da sociedade em que se insere para entender os arquivos, apontada por Eastwood. (COOK, 2012).

Visto que, a informação como insumo no âmbito social desencadeou uma perspectiva mais voltada para o coletivo e o desenvolvimento humano, a Agenda 2030, por sua vez, reforça com sua abrangência nas dimensões ambientais, econômicas e sociais, por meio dos 17 ODS e suas 169 metas, no intuito de

favorecer ações mais assertivas quanto a produção e consumo mais conscientes, evitar os desperdícios e incentivar o reuso; a proteção dos direitos humanos; a erradicação da desigualdade social; e para minimizar os desastres financeiros ou ambientais.

Diante desse desafio, a competência em informação é fundamental para promover o melhor uso desse insumo - que é a informação – por parte do arquivista, e, a partir das dimensões técnica, estética, ética e política. No que se refere à competência em informação dos arquivistas, constata-se contribuições significativas para o desenvolvimento sustentável nas quatro dimensões apontadas, bem como à relação dos arquivos e a sociedade, como pôde ser visto neste trabalho.

Portanto, estima-se um impacto considerável na sociedade: a competência em informação do arquivista aliando-se às dimensões da Agenda 2030 e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, às atribuições e práticas inerentes ao cerne arquivístico para a implementação e o monitoramento da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Informação e desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/617>. Acesso em: 21 jan. 2021.

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 96 p.

ARAÚJO, Carlos Araújo Ávila. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/19120>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação verdadeira: de Estocolmo aos dias atuais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 2923-

2940, dez. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/860>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista. Transformação digital e competência em informação: reflexões sob o enfoque da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/26573>. Acesso em: 25 jan. 2021.

COOK, Terry. Entrevista - Terry Cook (PORTUGUÊS). **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 142-156, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48658>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CRUZ, Emília Barroso. Direito à informação governamental: questões acerca da positividade e legitimação de um direito fundamental | The right to governmental information: on the enforcement and legitimation of a fundamental right. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 9, n. 2, nov. 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3442>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FERRO, Carolina Martins. **Os direitos humanos, a Unesco e os arquivos**. 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFF-2_ebc0cbaa1d88dfde1d0ab57808d137f1. Acesso em: 20 jan. 2021.

FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary. Desenvolvimento sustentável e a sociedade da informação: uma parceria natural? **Transinformação**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 73-82, jun. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010337862000000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2021.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Percursos da Ciência da Informação e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030/ONU. **Revista ACB**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 373-389, ago. 2019. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1597>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GUIMARÃES, Daniel. **Sustentabilidade**. Disponível: <https://meiosustentavel.com.br/sustentabilidade/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). Universal Declaration on Archives | **Declaração Universal dos Arquivos**. 2009. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). **Sobre Anne Thurston**. Disponível em: <https://www.ica.org/en/anne-thurston>. Acesso em: 19 jan. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). The International Advocacy Programme | **Programa Internacional de Advocacy** (site). Disponível em: <https://www.ifla.org/ldp/iap>. Acesso em: 19 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Nosso Futuro em Comum** (em inglês). 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração do Rio de Janeiro. Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento – Rio 92. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 6, n. 15. p. 153-159. ago. 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/szzGBPjxPqnTsHsnMSxFWPL/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000200013>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 21 Global**. 1992. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório O Futuro que queremos** (em inglês). Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20. jun. 2012. Disponível em <http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Marco de avaliação global da alfabetização midiática e informacional: disposição e competências do país: resumo executivo**. 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246398>. Acesso em: 15 de dez. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Programa Informação para todos: consolidando a informação e Sociedade do Conhecimento, empoderando pessoas e nações. | Information for All Programme (IFAP): consolidating information and knowledge societies; empowering peoples and nations.** (em inglês). 2017. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259991>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Sonia Luiza Freitas dos; SILVA, Késsia Karla Portela Richene. Associativismo e visibilidade profissional: reconhecendo o papel do arquivista na sociedade. **RACIn**: Revista Analisando em Ciência da Informação, João Pessoa, v. 6, n. esp., p. 682-696, out. 2018. Trabalho apresentado no Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), 8., 2018, João Pessoa. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp. Acesso em: 20 de jan. 2021.

SARACEVIC, Tefko; Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 1, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; SILVA, Amanda Marissa Soares da. A influência da teoria pós-custodial de Terry Cook como prenúncio da socialização da arquivística, do arquivista e dos arquivos. **RACIn**: Revista Analisando em Ciência da Informação, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 99-114, jul./dez. 2016. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_n2/racin_v4_n2_artigo06.pdf. Acesso em: 20 de jan. 2021.

SOUZA, Ana Cristina de; BAHIA, Eliana Maria dos Santos; VITORINO, Elizete Vieira. Dimensões da competência em informação sob a perspectiva de Zarifian. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 56-76, jun. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362020000200056&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jan. 2021.

VENTURA, Renata; SILVA, Eva Cristina Leite da; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação: uma abordagem do arquivista. **Bíblias**: Journal of Librarianship and Information Science, [S. l.], n. 73, p. 35-50, fev. 2018. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/392>. Acesso em: 20 jan. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. **Competência em informação**: conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação. Florianópolis: UFSC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/212553>. Acesso em: 15 out. 2020.

ARCHIVISTS AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: AN APPROACH ABOUT THE ARCHIVIST'S INFORMATION LITERACY IN IMPLEMENTING THE 2030 AGENDA

ABSTRACT

Objective: Analyze the archivist's information literacy in the context of the United Nations 2030 Agenda, which establishes the implementation of 17 Sustainable Development Goals, considering the importance of public archives to ensure access to government information and public documents. **Methodology:** Exploratory study - descriptive with a qualitative approach about the dimensions of archivist's information literacy related to dimensions of 2030 Agenda to the Sustainable Development using technical procedures a bibliographic survey in sources of online publications about the field of information literacy, the archivist's professional context, archives, access to information, 2030 Agenda and the Sustainable Development. **Results:** It presents the archivist's information competence related to the environmental, economic, and social dimensions for Sustainable Development, above all, it demonstrates the relevance of document, information and data management for effective social control, from the monitoring of sustainable development objectives. **Conclusions:** It was found that the archivist's information literacy has significantly contributed to the effective implementation and monitoring of the 17 Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda.

Descriptors: Archivist. Information literacy. Agenda 2030. Sustainable Development Goals.

ARCHIVEROS Y DESARROLLO SOSTENIBLE: UN ENFOQUE A LA COMPETENCIA EN INFORMACIÓN DEL ARCHIVERO EN LA IMPLEMENTACIÓN DE LA AGENDA 2030

RESUMEN

Objetivo: Analizar la competencia en información del archivero en el contexto de la Agenda 2030 de las Naciones Unidas, que prevé la implementación de 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible, considerando dos importantes archivos públicos para garantizar el acceso a la información y documentos públicos del gobierno. **Metodología:** Investigación exploratoria - descriptiva con un enfoque cualitativo sobre las dimensiones de competencia en información del archivero relacionadas con las dimensiones de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible, utilizando procedimientos técnicos una encuesta bibliográfica en fuentes de publicación en línea sobre el campo de competencia informativa, contexto profesional archivero, archivos, acceso a la información, Agenda 2030 y desarrollo sostenible. **Resultados:** Presenta la competencia informativa del archivero relacionada con las dimensiones ambiental, económica y social para el Desarrollo Sostenible, sobre todo, demuestra la relevancia de la gestión de documentos, información y datos para el control social efectivo, a partir del seguimiento de los objetivos del desarrollo sostenible. **Conclusiones:** Se encontró que la competencia en información del archivero ha contribuido significativamente a la implementación y el seguimiento efectivos de los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible de la Agenda 2030.

Descritores: Archivero. Competencia en información. Agenda 2030. Objetivo de Desarrollo Sostenible.

Recebido em: 16.06.2021

Aceito em: 28.06.2022